

O cerco ao Plano Real

Algumas empresas estatais, especialmente Eletrobrás e Petrobrás, acenam com a necessidade de aumentar tarifas e preços. A segunda, a pretexto de que o petróleo subiu no mercado internacional; a primeira, alegando que suas tarifas estão defasadas desde o último aumento, que já se caracterizou como insuportável para os consumidores. Alguns governadores estão fazendo pressão sobre o governo federal para entrar na "exceção" prevista pela Medida Provisória 542 (a do real), que proíbe durante três meses a concessão de aval a empréstimos externos de empresas estatais e governos estaduais e municipais. Os empregados das estatais impacientam-se por não concordar com a determinação de que aumento só virá na data-base. Na discussão com os ministros militares e com o ministro-chefe da Secretaria de Administração Federal, o ministro Rícúpero cansou-se de procurar mostrar que uma coisa é verba orçada e outra, dinheiro em caixa. E disse, também, que a receita fora superestimada e que ela caiu mais do que era esperado, motivo pelo qual qualquer aumento não rigorosamente de acordo com o fluxo de caixa do Tesouro poderá significar a necessidade de emitir. No setor privado, teme-se que haja pressões para aumentar salários, ou até mesmo conceder antecipações sem atentar para seus efeitos sobre a demanda e sobre os preços, conseqüentemente sobre o valor da moeda. Por último, mas não derradei-

ro, o ministro Aluísio Alves insiste em dar início às obras do Rio São Francisco a fim de tornar o projeto absolutamente irreversível para o próximo governo. Este é o cenário com que o ministro Rícúpero e sua equipe deverão trabalhar para buscar fazer que o Plano Real, que até agora é um êxito não apenas na realidade econômica, mas de opinião pública, não faça água como os demais e leve a população ao absoluto desespero.

São pressões nada desprezíveis, essas que enunciamos acima. A mais perigosa, com certeza, é a do São Francisco, em razão do apelo emocional que traz consigo e pelo que representará de comprometimento de uma situação do Tesouro nada invejável, ainda que não desesperadora, como a de hoje. Na resistência às exigências da Petrobrás e da Eletrobrás, o ministro da Fazenda poderá contar com o apoio do seu colega das Minas e Energia, Stepanenko, que não quer em absoluto que sob suas ordens o petróleo se transforme, como disse, no "chuchu do Plano Real". A questão é saber até que ponto poderá ir sua resistência. A direção da Petrobrás fez questão de demonstrar, depois da denúncia do então secretário da Receita Federal, que sua dívida com o Tesouro e com a Receita não chegava ao



bilhão de dólares anunciado, sendo bem menor, afora o que deve, segundo ela, estar sendo discutido administrativamente.

Alguma coisa deve ter acontecido entre a conferência de Osiris Lopes Filho na Escola Superior de Guerra e os últimos dias da semana que passou. O fato é que o ministro Stepanenko, recusando-se a permitir que a gasolina se metamorfoseie em chuchu, já admite que é preciso estudar com mais carinho a pendência, pois a União também deve à Petrobrás e

que talvez se possa conseguir acordo em torno de uma conta de chegar. Isso, mantendo sua posição contrária ao aumento: se o petróleo subiu no Exterior, a Petrobrás que absorva os custos; afinal, quando ele baixou no Exterior, o preço dos derivados não diminuiu internamente. No que se refere ao setor elétrico, Stepanenko é igualmente duro: o setor obteve aumento real de 8,7% ao longo de 1994 para recompor eventuais perdas. Deverá, agora, racionalizar sua gestão e fazer que seus custos sejam transparentes para os consumidores. Até quando resistirá o governo a essas pressões de dois saúrios do porte do setor petrolífero e do elétrico?

Essas pressões são mais imediatamente desestabilizadoras que as demais; todas, porém,

se se efetivarem a um tempo ou mesmo defasadas com pequena margem, acabarão por levar ao tão temido desequilíbrio fiscal e, portanto, a destruir uma das bases do Plano Real. Ora, quais as forças de que dispõe o governo Itamar Franco para resistir a pressões desse tipo? O Congresso, em recesso quase permanente, não poderá servir-lhe de grande coisa — e, mesmo que funcionasse, as influências malsãs das estatais e dos governadores poriam tudo a per-

Terá o governo condições de obter apoios na sociedade contra os que querem sabotar o plano?

der. Os partidos estão empenhados em campanha eleitoral e dificilmente seus candidatos (mesmo os do PSDB) se comprometerão na defesa de um aperto de caixa que apenas trabalha contra eles. O governo tem a sustentá-lo, apenas, aquela parte do empregado e do setor rural — isso para não falar da opinião pública, ainda que desorganizada — que aspira a que o Brasil tenha uma economia estável. Terá ele, governo, condições de fazer apelos sofridos em defesa de seu plano e contra os saúrios e os governadores? Se essas pressões aumentarem, será o caminho que lhe restará, embora tenha perdido apoios morais importantes no episódio da bagagem da seleção.